

# Taquigrafias de uma história difícil: notas sobre o pensamento político brasileiro

**Enviado em:**

14/02/2013

**Aprovado em:**

26/04/2013

**Erygeanny Lira**

Mestranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo

erygeanny\_lira@hotmail.com

---

## Resumo

O objetivo deste trabalho é mapear algumas interpretações sobre o “pensamento político” e as possibilidades de sua produção no Brasil. Para isso, refletirá, primeiramente, acerca do debate teórico sobre o lugar das ideias no Brasil que aflorou na década de 1970: seus pressupostos ainda hoje produzem a maior das cisões intelectuais entre os pesquisadores. Em seguida, analisará a proposta de pesquisa defendida por Gildo Marçal Brandão na busca pelas matrizes teóricas responsáveis por formar o singular patrimônio intelectual brasileiro. Por fim, tentará comparar as abordagens das linhagens do pensamento político brasileiro e da história dos conceitos para o estudo do pensamento político brasileiro.

60

## Palavras-Chave

História dos Conceitos, Ideias Políticas, Pensamento Político Brasileiro.

## Abstract

The objective of this work is to map some interpretations of “political thought” and the possibilities for its production in Brazil. To this end, it will face, first, the theoretical debate about the place of the ideas that emerged in Brazil in the 1970s: its assumptions still produce most of the intellectual divisions among researchers. Then, it will examine the research proposal advocated by Gildo Marçal Brandão, in the search for theoretical matrices responsible for forming the unique Brazilian intellectual heritage. Finally, it will try to compare the approaches of Brazilian lines of political thought and the history of the concepts for the study of Brazilian political thought.

## Keywords

History of Concepts; Political Ideas, Brazilian Political Thought

## Introdução

Este trabalho enfrentará, primeiramente, o debate teórico sobre a produção das ideias no Brasil que afloraram na década de 1970: seus pressupostos ainda hoje produzem a maior das cisões intelectuais entre os pesquisadores. Servirá de divisa a questão proposta por Raymundo Faoro em 1987: *existe um pensamento político brasileiro?* Trata-se, então, de definir o que é um “pensamento político” e as possibilidades de sua produção no Brasil. Entretanto, este estudo não tratará, diga-se logo, de um inventário temático-bibliográfico minucioso; muito menos de uma história “historicista” ou “ideológica” das ideias. Se o pensamento é produzido em contextos historicamente determinados, uma zona de centralização conceitual situa, como sinais, a experiência do passado no horizonte de expectativas de que é feito o presente. O texto, desta forma, pode ser lido como o próprio contexto, o fundamento no qual as ideias se apuram e os conceitos se forjam, este é o seu caráter político. E é com a proposta de pesquisa lançada por Gildo Marçal Brandão, em busca de “linhagens” e “afinidades eletivas” entre autores nas interpretações de Brasil que este trabalho pretende dialogar. Parte-se da hipótese que as matrizes teóricas conformam um repertório de conceitos na longa duração, que não são imutáveis, capazes de instituir a consciência da sociedade sobre si mesma. Tem-se consciência da enormidade do trabalho e da necessidade de pesquisa árdua sobre as várias matrizes teóricas responsáveis por formar o singular patrimônio intelectual brasileiro. Deste modo, é impossível que tal hipótese seja confirmada ou negada no presente artigo, mas nos servirá de fio para este e para trabalhos futuros.

61

### O centro do debate: Existe um pensamento político brasileiro?

No final da década de 1980, os estudos sobre o pensamento político brasileiro ganharam evidência no quadro das pesquisas em ciências sociais (FAORO, 1987; BARRETO & PAIM, 1989; BRANDÃO, 2005; WEFFORT, 2006). Os principais temas discutidos nesse novo campo de estudo são a relação Estado/Sociedade, a formação do Estado Nacional, o patrimonialismo, a burocratização e a questão da cidadania e dos direitos políticos, civis e sociais. Entretanto, as delimitações desta área de pesquisa ainda hoje não estão bem definidas, por tratar-se, como ressaltou Brandão (2007), de área fronteira, acomodando orientações de várias disciplinas das ciências humanas.

A instabilidade da história do pensamento político brasileiro motivou a

questão que deu título a um ensaio famoso de Raymundo Faoro (2007 [1987]): *Existe um pensamento político brasileiro?* Faoro aborda-a partindo da explicação do que é um pensamento político.

Segundo Faoro (2007), o pensamento político não se confunde com ideologia, nem com filosofia política, nem com ciência política. Expressa-se em uma dessas manifestações, mantendo, entretanto, sua independência. Para caracterizar a estrutura do pensamento político, Faoro (2007) nos mostrará a sua dimensão atuante e autônoma. O pensamento político é uma “teia de ideias e doutrinas que adquirem força social”, isto é, dissemina-se no conjunto da sociedade e passa à ideologia. Porém, o pensamento político transforma-se em ideologia no sentido de criticá-la: “o pensamento político atua deformando-se na ideologia” (FAORO, 2007: 32). De acordo com o jurista, a ideologia é um saber formulado, e difere, desse modo, do pensamento político que é, este, um saber *informulado*. “Ele [o pensamento político] não cuida da transmissão, mas da ação em uma práxis que se desenvolve no logos” (FAORO, 2007: 35).

O pensamento político, afirma Faoro (2007), é ao mesmo tempo ação e reflexão. Desse modo, “o pensamento político (...) como ação, como atividade concentrada, não se confunde com o exercício de jornadas intelectuais, como exercício retórico (...). Não se desenvolve com base na premeditação dos princípios, mas na consideração sobre o campo da própria política” (FAORO, 2007: 37-38. Grifos do autor).

Assim, pensamento político não é puro logos, nem apenas atividade política, “a glória de mandar amarga e bela”. Trata-se, antes, do *iter* do agir, isto é, a via, o caminho, “a ponte suspensa” entre a ideia e a ação; a ideia, enfim, incorporada à atividade política, a ideologia transformada em força social, o vínculo entre o pensar reflexivo e o agir, campo propriamente político (FAORO, 2007: 36 e seguintes).

O pensamento político é, então, repitamos, aquilo que Faoro (2007) denomina saber *informulado*. Ao contrário da ideologia, da filosofia política ou ciência política, ele não transmigra para outro contexto, isto é, não pode ser exportado. Esse ponto é importante para o argumento defendido pelo autor: o campo das ideias – filosofia ou o saber formulado das ideologias – pode atravessar fronteiras territoriais. O pensamento político, não. Isso porque, segundo Faoro,

[esta] atividade, contém carga crítica, que não se confunde com a escolástica, nem participa da visão teórico-contemplativa. Como valor e como o ser que virá-a-ser, corrosivo da ideologia e do imobilismo da

filosofia política. Acompanha e potencializa a dialética social à qual se vincula, sem ser mero reflexo, por meio de manifestações múltiplas, que não estão necessariamente submersas no saber formulado, como rótulo político (FAORO, 2007: 41).

Por esse motivo, o princípio individualista, típico da filosofia liberal, pôde “mudar de lugar”, como mudou, por exemplo, da Inglaterra de John Locke aos Estados Unidos de Thomas Paine e Thomas Jefferson. Entretanto, na América do Norte ele se fez atualizado, na ação dos chamados pais fundadores, como pensamento político.

### **As ideias e o seu lugar**

A indagação de Raymundo Faoro (2007) – *Existe um pensamento político brasileiro?* – já rondava a cabeça dos intelectuais brasileiros nas décadas de 1960 e 1970, principalmente a dos estudiosos ligados ao Seminário de Estudos d’O Capital na USP em São Paulo. A grande questão a ser respondida por esses intelectuais era: como ideias elaboradas em outros contextos, ou melhor, no centro capitalista, comportam-se em contextos sociais e políticos distintos, especialmente em países como o Brasil, dependente e periférico?

Em 1973, Roberto Schwarz publicou um ensaio, intitulado “As ideias estão fora do lugar<sup>1</sup>”, levantando esta indagação. Trata-se de um texto que tinha como objetivo favorecer o progresso de teorias dentro do campo da esquerda brasileira, e assim combater a forte influência das tendências nacionalistas e desenvolvimentistas na própria organização da esquerda. Contudo, a tese das “ideias fora do lugar” espraiou seus alcances, mostrando-se produtiva para explicar o desenvolvimento das ideias na história da América Latina (PALTI, 2002).

O centro da noção de “ideias fora do lugar” é mostrar que as ideias liberais do Brasil-Império, ao menos no Segundo Reinado, não correspondiam à realidade local – isso devido à disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e o liberalismo europeu. “Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas ideias – em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil – são referências para todos”. “Sumariamente”, segundo Schwarz (1973), “está montada uma comédia ideológica, diferente da europeia” (Schwarz, 1973: 151).

---

1 SCHWARZ, Roberto. As Ideias estão fora do Lugar. Estudos Cebap, 3, Jan., 1973. Reimpresso em SCHWARZ, Roberto. Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora Livraria duas cidades, 1992, pp. 13-28.

Como apontou Ricupero (2008), aparentemente a análise de Schwarz sobre o liberalismo no século XIX aproxima-se do argumento de Wanderley Guilherme dos Santos (1978). Como Santos, o ponto de partida da análise de Schwarz (1973) é o descompasso entre as ideias liberais e o ambiente social brasileiro. Todavia, continua Ricupero (2008), o problema, para Schwarz (1973), não estaria nas ideias liberais, mas na sociedade brasileira escravocrata. Desse modo, o uso das ideias liberais no Brasil escravista adquiriu uma roupagem específica. Estaria vinculado à massa de homens livres, pobres e não escravos que se relacionariam por meio do favor. “Ao fazer parte das ideias e práticas que regulam as relações entre os homens livres, o liberalismo seria incorporado ao favor” (RICUPERO, 2008: 40-41), e se tornaria, segundo Schwarz (1973), uma ideologia de segundo grau.

Para Schwarz (1973), a adoção de conceitos estrangeiros gera graves distorções na realidade brasileira. Não obstante, essas distorções denominam a realidade e a especificidade de países periféricos. Ou seja, o crítico literário reconhece a absorção, o deslocamento, e a distorção a que as ideias liberais são submetidas, como um padrão particular brasileiro. Neste caso, Schwarz (1973) sustenta que toda representação da realidade supõe um marco teórico. E o problema brasileiro é que os nossos sistemas de pensamento são originariamente estranhos a nossa realidade particular (PALTÍ, 2002). Por isso, para o autor, estamos condenados a copiar e a pensar sempre usando categorias inadequadas à realidade que se pretende representar.

64

Brasileiros e latino-americanos fazemos constantemente a experiência do caráter *postiço*, *inautêntico*, *imitado* da vida cultural que levamos. Essa experiência tem sido um dado formador de nossa reflexão crítica desde os tempos da Independência. Ela pode ser e foi interpretada de muitas maneiras, por românticos, naturalistas, modernistas, esquerda, direita, cosmopolitas, nacionalistas etc., o que faz supor que corresponda a um problema durável e de fundo. Antes de arriscar uma explicação a mais, digamos portanto que o mencionado mal-estar é um *fato* (SCHWARZ, 2009 [1986]: 109. Grifos do autor).

Todo o raciocínio elaborado por Schwarz nos leva a seguinte questão: como ideias desconectadas da realidade social possibilitam a ação política?

Pouco depois da publicação do artigo de Schwarz, surgiu um trabalho intitulado “As ideias estão no lugar”, de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976). Para ela, a tese de que o Brasil, por ser um país colonial, tem na Europa a fonte de suas ideias, merece ser questionada. Essa afirmação reconhece na metrópole o centro produtor das relações sócio-econômicas, e na colônia o seu produto. Carvalho

Franco (1976) não apenas critica a hipótese de que o escravismo é contrário ao processo de expansão capitalista – e, nesse sentido, sua análise aproxima-se à de Raymundo Faoro (2007) –, como também a tese de que as ideias liberais estavam desajustadas no Brasil do século XIX.

Colônia e metrópole não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no progresso interno de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução. Uma e outra são desenvolvimentos particulares, partes do sistema capitalista, mas carregam ambas, em seu bojo, o conteúdo essencial – o lucro – que percorre todas as suas determinações. Assim, a produção e a circulação de ideias podem ser concebidas como internacionalmente determinadas, mas com o capitalismo mundial pensado na forma indicada, sem a dissociação analítica de suas partes. CARVALHO FRANCO, 1976: 62)

Para a autora, não há relação de causalidade e exterioridade entre metrópole e colônia. Ao contrário, os princípios opostos de ordenação das relações econômicas aparecem sintetizados; deste modo, ao observá-los, “não seremos levados a representar a economia colonial como integrada, mas como uma *unidade contraditória*”. (CARVALHO FRANCO, 1997 [1969]: 11. Grifos da autora.). Isto é, centro e periferia pertenceriam ao mesmo sistema, pois ambos estavam voltados para o lucro.

As ideias liberais e abolicionistas, para Carvalho Franco (1976), não eram estranhas ao Brasil, não estavam “encaixadas” ou “descompassadas” ao contexto local, que era escravista. Ambas faziam parte da complexa realidade brasileira. De acordo com esta autora, as ideias não estão fora do lugar, pois elas podem circular em contextos sociais diferentes, ou seja, as relações sociais sempre possibilitam a apropriação das ideias. As circunstâncias produzem o contexto para as ideias se tornarem ação política. Nesse ponto, é clara a semelhança com a argumentação de Faoro (2007). Para este, como vimos, ideias podem transmigrar de uma realidade para outra, ao contrário do pensamento político que, tanto para Carvalho Franco como para Faoro, é sempre atualização, isto é, “pôr em ação”. Nesse sentido, para a autora, as ideias são produzidas conforme situações concretas dadas. Em resposta direta a Schwarz (1973), Carvalho Franco (1976) não discorda que o favor é o fundamento das nossas relações sociais. O problema, todavia, é que o favor, longe de ser “planta exótica” ou “ideologia de segundo grau”, é a forma sob a qual o liberalismo se instalou entre nós.

A tese das “ideias fora do lugar” de Schwarz, segundo Carvalho Franco

(1976), terminaria recaindo no dualismo do postulado dos “dois Brasis”: o Brasil artificial das ideias e da política – liberal – e o Brasil real – escravista. Esse dualismo, conforme afirma a autora, padecerá de prejuízos práticos e políticos:

Uma valorização tácita da industrialização, na verdade do capitalismo e de seus conteúdos civilizatórios, no pressuposto de que traga consigo o progresso das instituições democráticas burguesas [...]. Assim, em nome do realismo político se dá um passo atrás na crítica da consciência social e por essa via – com as ideias bem no seu lugar e ajustadas às oportunidades políticas imediatas – se mergulha no retrocesso (CARVALHO FRANCO, 1976: 64).

Como vimos, “as ideias estão fora do lugar” de Roberto Schwarz (1973) e “as ideias estão no lugar” de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976) ilustram esse debate caloroso, que voltou a figurar entre os estudiosos do pensamento político brasileiro, no qual os autores rivalizam em torno da questão de saber se o liberalismo é ou não “ideologia importada” e imprópria ao país escravocrata do século XIX. O liberalismo existe ou não existe entre nós? É importado ou não? Está fora do lugar ou não? O que é? Como se define no Brasil? Eis perguntas que ainda assombram a cabeça dos nossos intelectuais.

66

### **Famílias intelectuais e afinidades eletivas nas interpretações do Brasil**

Mais recentemente, Gildo Marçal Brandão (2007) ressaltou que o caráter dilatado ou exacerbado por meio do qual nos habituamos a lidar com as relações entre as ideias e a realidade marcou a nossa vida intelectual. Ao enaltecermos a diferença entre ideias e mundo real, deparamo-nos com a interpretação de Schwarz em *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis* (1990) sobre a volubilidade intelectual do narrador, da qual Brás Cubas foi a sua mais completa expressão na literatura. Simplificando a análise do crítico literário e dando-lhe um aspecto decorativo, podemos chegar à dicotomia entre país real e país legal, que percorreu, de formas diversas, toda a nossa história; segundo Brandão, “do Visconde do Uruguai a Cruz Costa, de Tavares Bastos a Simon Schwartzman, de Guerreiro Ramos a Wanderley Guilherme dos Santos, de Sergio Buarque de Holanda a Hélio Jaguaribe, de João Camilo de Oliveira Torres a Roberto Campos” (BRANDÃO, 2007: 143).

Ainda de acordo Brandão (2007), a vida política e social brasileira é analisada pelos nossos intelectuais como o produto de uma teoria que pode ser

resumida numa expressão de Euclides da Cunha: “somos o único caso histórico de uma nacionalidade feita por uma teoria política”. Esta se aproxima do diagnóstico pessimista dos conservadores do Império – como Visconde do Uruguai e a crítica às ideias estrangeiras e sua inadequação a realidade brasileira –, e tem ressonância nas teorias da esquerda do século XX. A grande maioria dos nossos pensadores, de acordo com Brandão (2007), compartilha a hipótese da excepcionalidade do país. Essa separação entre o ser e o dever ser perpassa “a apologética conservadora quanto ao desencanto, liberal ou esquerdista, como suposto artificialismo congênito das instituições” (BRANDÃO, 2007: 144). Entretanto, essa cisão entre “o que é”, “o que pode ser” e “o que deve ser”, sem a necessidade de mediação, leva a maioria dos nossos pensadores a, por um lado, apenas enxergar na realidade a dispersão do empírico e aproximar as categorias teóricas de circunstâncias reais que os homens não escolheram para viver; e, por outro, sujeitar o “dever ser” como métrica do mundo real. Isto é: ou o problema estará em ideias importadas ou no mundo real. O resultado, para o autor, é a construção de dicotomias estáticas e a falta de percepção da dialética que existe entre “o que é”, “o que pode ser” e “o que deve ser”:

talvez não seja excessivo creditar na conta desses dualismos sem dialética também a frustração e o desespero dos engenheiros institucionais auto-investidos da missão de domar nossa selvagem democracia, pois a política brasileira realmente existente continua rebelde às tentativas de reduzi-la ao jogo schumpeteriano das instituições, ainda não é e dificilmente será mera ‘operação política’, apática às disputas para fazer vencer visões-de-mundo (BRANDÃO, 2007: 150).

O esforço de Gildo Marçal Brandão (2007) na busca por linhagens e afinidades no pensamento político brasileiro segue essa linha de raciocínio. O autor referiu-se à necessidade de vasculhar as “linhagens do pensamento político brasileiro”, pois, ao passo que a sociologia debruça-se sobre as origens, as causas e as consequências dos fenômenos sociais, a ciência política despende seus esforços buscando localizar o modo pelo qual certos consensos cristalizaram-se no agir político – de modo, tantas vezes, no caso brasileiro, a obstaculizar o próprio desenvolvimento social rumo à democracia. Nesse sentido, o pensamento político, continua Brandão (2007), é esta consciência cristalizada sob a forma de múltiplas – e nem sempre afirmadas – “afinidades eletivas” que dirigem as nossas ações. Daí a importância do estudo dos “nossos” clássicos; não para demonstrarmos erudição livresca ou enfeitar nossas estantes, mas para compreendermos “o presente que

passou”.

Assim, para Brandão (2007), o agir político é já o pensamento político em suas formas ideológicas cristalizadas. A sua tese parece contrapor-se àquela aberta por Raymundo Faoro (2007). Como vimos, pensamento político, segundo Raymundo Faoro (2007), não é puro logos, nem apenas atividade política – “a glória de mandar amarga e bela”. Trata-se, antes, do iter do agir, isto é, a via, o caminho, “a ponte suspensa” entre a ideia e a ação. A ideia, enfim, incorporada à atividade política, a ideologia transformada em força social, o vínculo entre o pensar reflexivo e o agir – campo propriamente político (FAORO, 2007: 36 e seguintes). Em resumo: se, para Faoro, “a atividade política vem antes, precedendo as formas do logos”, para Marçal Brandão a produção dos chamados “clássicos” do pensamento político e social brasileiro – antes ensaios mais próximos da literatura que das análises científicas – são “um gênero de maturidade, supondo acumulação intelectual prévia e refinamento estilístico” (BRANDÃO, 2007: 28). Para este autor, essa tradição, mesmo ensaística, constitui o pensamento político brasileiro:

O [estudo do] pensamento político-social foi capaz de formular ou de discriminar na evolução política e ideológica brasileira a existência de ‘estilos’ determinados, formas de pensar extraordinariamente persistentes no tempo, modos intelectuais de se relacionar com a realidade que subsumem até mesmo os mais lídimos produtos da ciência institucionalizada, estabelecendo problemáticas e continuidades que permitem situar e pôr sob nova luz muita proposta política e muita análise científica atual. Também aqui, como em outras partes do mundo, o esclarecimento das lutas espirituais do passado acaba se revelando um pressuposto necessário à proposição de estratégias políticas para o presente (BRANDÃO, 2007: 29).

68

Em *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, o autor ressalta a existência de “estruturas intelectuais e categorias teóricas, com base nas quais a realidade é percebida, a experiência prática elaborada e a ação política organizada” (BRANDÃO, 2007: 30). A partir das “formas de pensar”, o autor destaca que o lado conservador evidencia a imagem de “um país fragmentado, atomizado, amorfo, inorgânico, uma sociedade desprovida de liames de solidariedade internos” (*Idem, Ibidem*: 46). Neste sentido, a solução seria “um Estado forte, tecnicamente qualificado, imune à partidocracia e à política dos políticos, capaz de subordinar o interesse privado ao social” (*Idem, Ibidem*: 47). O poder centralizado conduziria a sociedade ao liberalismo. “Liberdade civil, unidade territorial e nacional garantida pela centralização político-administrativa, e Estado autocrático e pedagogo, eis o

programa conservador” (*Idem, Ibidem*: 48).

Para os liberais, ao contrário, o problema seria a presença de um Estado forte e centralizado – herança da nossa origem ibérica –, pois este sufocaria a organização de uma sociedade liberal. Assim, a solução estaria na reordenação do Estado. Nesse sentido, os liberais acreditavam “que a boa lei produziria a boa sociedade, a ideia segundo a qual os problemas do País são fundamentalmente políticos e institucionais e só serão resolvidos por meio de reformas políticas” (BRANDÃO, 2007: 49-50). Devido aos diagnósticos distintos da realidade, de seus problemas e dos meios para resolvê-los, conservadores e liberais constituíram, segundo Brandão (2007), formas de pensar características, no sentido que em períodos históricos diferentes autores podem possuir “afinidades eletivas” e formar “famílias intelectuais”.

O autor assinala a existência de quatro linhagens do pensamento político brasileiro: idealismo orgânico, idealismo constitucional, pensamento radical de classe média e marxismo de matriz comunista. Entretanto, pondera Brandão (2007), há nuances que não permitem ao pesquisador analisar essas matrizes de forma fixa. As famílias são elementos intelectuais para a compreensão dos modos de pensar a realidade brasileira. Por isso, da matriz liberal emanaria o idealismo constitucional, e da linhagem conservadora, o idealismo orgânico, como propõe Oliveira Viana. Entretanto, na concepção de Brandão, estas derivações estariam esvaziadas de justificativa ideológica de projeto político ou de saber.

Dessa forma, as afinidades intelectuais podem ser aproximadas numa mesma matriz. No idealismo orgânico, por exemplo, os autores Visconde do Uruguai e Oliveira Viana; no idealismo constitucional, por outro lado, Tavares Bastos e Raymundo Faoro – mesmo que não se reconheçam como membros da mesma família. Nesse ponto, podemos observar o objetivo central do estudo de Brandão (2007): reconhecer analiticamente as formas de pensar, as matrizes intelectuais, as suas linhagens e genealogias. Brandão (2007) parte do pressuposto que as formas de pensar elaboradas a partir de uma determinada realidade não se esvaziam nessa mesma realidade. Nas suas próprias palavras:

[...] assumo como pressuposto que nenhuma grande constelação de ideias pode ser compreendida sem levar em conta os problemas históricos aos quais tenta dar respostas e sem atentar para as formas específicas em que é formulada e discutida; ao mesmo tempo, que nenhuma grande constelação de ideias pode ser inteiramente resolvida em seu contexto (BRANDÃO, 2007: 33).

As ideias podem adquirir novas roupagens, isto é, podem ser reapropriadas e reinterpretadas, reafirmando o seu significado. Em resumo, para pensar o pensamento o pesquisador não deve apenas se prender ao contexto das obras ou dos autores, ou mesmo ao texto em si, mas deve buscar as sínteses possíveis.

Por esse motivo, Brandão (2007) propõe uma ênfase metodológica na percepção da realidade a partir da formação das ideias, listando as últimas como possibilidades para pensar questões do presente. Sua análise, como vimos, pretende verificar em que medida as formulações de um autor, esvaziadas de todo seu conteúdo ideológico, permanecem – com novos tons – no presente. Nesse sentido, parece-nos que Brandão (2007), ao dar primazia às “formas de pensar”, deixa de lado o estudo de conceitos, importantes na obra de cada autor, inseridos no seu contexto. E, em última instância, ignora o ponto de vista histórico das ideias: a continuidade é a regra e o contexto histórico é mero ornamento. É como se, estilizada a relação, para entender o racismo, por exemplo, devêssemos voltar às obras de Gilberto Freire, o que concordamos. Mas isso não significa dizer que o pesquisador deve analisar minuciosamente a obra de Freire, mas apenas deter-se nas categorias teóricas que perduraram no tempo, como o “presente que passou”. Nesse sentido, ao enfatizar seu método na análise das estruturas intelectuais, Brandão confere demasiada importância à *continuidade* no estudo do pensamento político brasileiro, relegando para segundo plano a *descontinuidade*, a ruptura que é um ponto fundamental, pois permite pensar os processos pelos quais passou o Brasil, de formas diversas.

Assim, entendemos que é necessário historicizar a metodologia do pensamento político brasileiro, para torná-lo mais claro tanto no seu contexto de expressão como na sua prática concreta. Talvez os enunciados metodológicos da História Conceitual de Reinhart Koselleck possam nos ajudar nessa empreitada: reconstituir contextualmente a trajetória dos conceitos, seus modos de recepção e a compreensão das circunstâncias que levaram os atores a imprimir-lhes novos significados.

Para Koselleck (1997), o conceito é a principal ferramenta pela qual se conhece as transformações sociopolíticas. Entretanto, o autor rejeita a máxima dos historiadores da Escola de Cambridge de que a história se esgotaria no plano linguístico:

Sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política. Por outro lado, os conceitos fundamentam-se em sistemas político-sociais que são, de longe, mais

complexos do que faz supor sua compreensão como comunidades linguísticas organizadas sob determinados conceitos-chave (KOSELLECK, 2011: 98).

O sentido do conceito, ressalta Koselleck (2011), pode ser apreendido a partir do contexto do texto, mas deve ser igualmente deduzido da situação do autor e dos seus destinatários, do contexto geral em que o autor está inserido, bem como do uso da língua feito por este, por seus contemporâneos e pela geração que o precede, os quais compartilham entre si uma comunidade linguística. Assim, os conceitos não possuem estruturas inalteráveis, o que nos leva à conclusão de que a história dos conceitos é a história das suas diferentes recepções no tempo (JASMIN & FERES JR., 2006: 25).

Em suma, a precisão metodológica da história dos conceitos foi uma consequência da possibilidade de se tratar conjuntamente espaço e tempo, “como perspectiva sincrônica de análise” que se completa de forma diacrônica. Isto é, traduzir significados lexicais em uso no passado para a nossa compreensão atual. O pesquisador da história teria a obrigação, segundo Koselleck (2011), de estabelecer os conflitos sociais e políticos do passado nas suas fronteiras conceituais, colocando-os numa relação de continuidade ou ruptura com as estruturas políticas e sociais.

71

### **À guisa de conclusão**

As ideias são produtos socialmente determinados; não constituem uma esfera separada da realidade social. Ao mesmo tempo em que são investidas de funções distintas ou especializadas, as ideias dão unidade estrutural à história.

Dessa maneira, uma história das ideias no Brasil não pode ignorar os debates partidários travados pelos diversos grupos, esclarecer o contexto no qual eles foram gerados, as ideias que estavam subentendidas, as circunstâncias históricas, geográficas, culturais, sociais e econômicas nas quais foram gestadas. Nas duras palavras de Lynch: “a principal preocupação de um historiador das ideias políticas brasileiras *deve ser o de levá-las a sério*, conferindo-lhes a mesma dignidade conferida às das histórias dos países ditos centrais” (LYNCH, 2007: 18. Grifos do autor).

Para Lynch (2007), autores como José Bonifácio, Carneiro de Campos, Evaristo da Veiga, Hipólito da Costa, entre outros, elaboraram uma teoria política formada a partir do caloroso debate sobre as ideias liberais no Brasil. Estudos

minuciosos sobre alguns debates parlamentares e jornais da época desmentiriam o “mito da inferioridade” do pensamento político brasileiro em relação, por exemplo, ao debate federalista norte-americano.

Por tudo isso, é necessário que os estudiosos do pensamento político brasileiro relativizem a noção comum de que a história das ideias no Brasil foi ou é um mero reflexo dos debates dos países centrais.

A autonomia conferida às ideias por conta de sua abstração, de um lado, e a concretude da luta política de cada país, de outro, permitem uma extraordinária emancipação dos conceitos de seus contextos originários, o que os torna armas de argumentação e compreensão das realidades locais. O peso retórico dos argumentos estrangeiros não banaliza ou esvazia o debate na periferia – ao contrário, torna o seu estudo mais complexo e delicado, por se apresentar constantemente sobre problemas da recepção conceitual (LYNCH, 2007: 19).

Pensar a história conceitual de maneira comparada torna possível estudar a recepção de conceitos em países que foram colonizados no passado. É necessário identificar as fontes estrangeiras utilizadas por nossos autores, dar menos importância ao lugar dessas ideias – como se, de fato, existisse – e ao seu contexto originário, e verificar a sua recepção, os modos como foram reapropriadas e reinterpretadas para compreender nossa condição social.

Na verdade, as abordagens “lugar das ideias” e “história conceitual” não são, necessariamente, excludentes. Ambas enfatizam que, de um lado, o mesmo conceito pode ter várias histórias, dependendo do lugar de apropriação, e, por outro lado, é instigante para o pesquisador analisar como essas histórias se cruzam. O próprio Schwarz (2012) admite em texto recente:

E, de fato, o problema do ensaio [As ideias estão fora do lugar] era outro: tratava-se de esclarecer as razões históricas pelas quais as ideias e as formas novas, indispensáveis à modernização do país, causavam não obstante uma irrecusável sensação de estranheza e artificialidade, mesmo entre seus admiradores e adeptos.” (SCHWARZ, 2012: 167).

Assim, ao examinarmos, por exemplo, o conceito de soberania, perceberemos que este é forjado na Europa e lá tem sua própria história. Quando recepcionado aqui, em terras tupiniquins, o mesmo conceito adquire novos tons e nada impede que a sua história no Brasil tenha um desenvolvimento distinto do europeu. A questão, então, é menos saber se determinada ideia está ou não no lugar, mas sim os efeitos distintos de um mesmo conceito em contextos diferentes.

Dessa forma, perceberemos que as nossas raízes históricas produziram no país uma realidade social apta para formar um pensamento político brasileiro – que, nos seus primórdios, formou-se como extensão do lusitano. Um pensamento que, misturando dimensões econômicas, políticas e sociais, é semelhante ao pensamento político clássico, pois edificou uma teoria política e uma teoria da sociedade, diferindo, entretanto, no conteúdo. Isto possibilita, assim, a comparação que evidencia a sua originalidade.

### Referências Bibliográficas

BARRETO, Vicente & PAIM, Antônio. *Evolução do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Itatiaia, 1989.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., 2007.

CARVALHO FRANCO, M<sup>a</sup> Sylvia de. As ideias estão no lugar. *Cadernos de debate - História do Brasil*, 1, São Paulo, Brasiliense, 1976.

\_\_\_\_\_. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

73

FAORO, Raymundo. “Existe um Pensamento Político Brasileiro?” in: *A República Inacabada*; organização e prefácio de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Historia y hermenéutica*. Introdução de José Luis Villacañas e Faustino Oncina. Ediciones Paidós, I.C.E. De la Universidad Autónoma de Barcelona, 1997.

\_\_\_\_\_. *Futuro Passado – Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2011.

JASMIN, Marcelo Gantus, e FERES JR. João. *História dos Conceitos: Dois Momentos de um Encontro Intelectual*. In: *Idem* (org). História dos Conceitos: Debates e Perspectivas. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *O momento monarquiano: o poder moderador e o pensamento político imperial*. Tese de doutorado em Ciência Política, IUPERJ, 2007.

PALTI, Elias. *El problema de “las ideas fuera de lugar” revisitado: más allá de la “historia de ideas”*. Disponível em <http://shial.colmex.mx/textos/EliasPalti-Enero2002.pdf> Acesso em 23/12/2012

RICUPERO, Bernardo. Existe um pensamento político brasileiro? Ou as ideias e seu lugar in: *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, duas cidades, 1978.

SCHWARZ, Roberto. As Ideias estão fora do Lugar. *Estudos Cebrap*, 3, Jan., 1973.

\_\_\_\_\_. Nacional por subtração in: *Cultura e Política*. São Paulo: Paz & Terra, 2009.

\_\_\_\_\_. Por que “ideias fora do lugar”? in: *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WEFFORT, Francisco C. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.